

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

SOCIOECONOMIC ASPECTS OF EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL

Roberto Antonio Deitos¹

João Batista Zanardini²

Isaura Monica Souza Zanardini³



Vol. II Número 23 Jul./Dez. 2016

Ahead of Print

RESUMO: Pretende-se com este estudo analisar alguns aspectos socioeconômicos que constituem o processo de definição da política educacional como parte constituinte e integrante do processo de controle estatal da produção econômica e da implementação de políticas sociais. Desse modo, compreendemos a política educacional como uma parte das políticas sociais e o seu processo de implementação corresponde a um processo mais amplo de produção mediados por aspectos econômicos e políticos que acabam sendo adotados como mecanismos de controle e resposta estatal às necessidades humanas de sobrevivência e desenvolvimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos socioeconômicos e Estado. Estado e políticas educacionais no Brasil.

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze some socioeconomic aspects that constitute the process of defining education policy as a constituent and integral part of the process of state control of economic production and the implementation of social policies. In this way, we understand educational policy as a part of social policies and its implementation process corresponds to a broader process of production mediated by economic and political aspects that end up being adopted as mechanisms of control and state response to the human needs of survival and Social development.

KEY WORDS: Socioeconomic aspects and state. State and educational policies in Brazil.

1. Introdução

A problemática que envolve o estudo da política educacional deve ser compreendida em seus aspectos

¹Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste.

²Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

³Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste.

socioeconômicos e o seu controle e implementação deve ser compreendido a partir da direção dada pelo poder estatal. Os aspectos socioeconômicos e políticos que engendram a produção das políticas sociais só podem ser revelados ao compreendermos as mediações que foram produzidas e desenvolvidas em determinadas circunstâncias históricas.

As mudanças socioeconômicas, políticas e educacionais que aconteceram no mundo e particularmente no Brasil alteram-se consideravelmente a partir da década de 1960/70 (cf. LEHER, 1998; VIEIRA, 2007; FALEIROS, 1980, 1991) e, portanto, geraram intensas transformações na realidade social e econômica do país nos últimos anos. Especialmente depois dos anos de 1990 esses aspectos intensificaram-se e produziram intensas e tensas implicações socioeconômicas, políticas e ideológicas. Os setores produtivos alargaram suas escalas e mobilidades produtivas, intensificando a produção agrícola e do agronegócio, alargando setores comerciais e de serviços, além de alterações no campo da indústria nos diversos ramos de produção mundial e brasileira (MÉSZÁROS, 2002; FATTORELL, I; DIEESE, 2011a, 2011b). Houve também expressivo aumento populacional, principalmente em algumas cidades que funcionam como eixos metropolitanos regionais, abarcando, portanto, expressivas alterações socioeconômicas e educacionais em todo o país.

Nessa realidade socioeconômica é que foram implementadas nos últimos anos políticas públicas de educação. Desse modo, pretende-se examinar alguns aspectos socioeconômicos que constituem o processo de definição da política educacional como parte constituinte e integrante do processo de controle estatal da produção econômica e da implementação de políticas sociais. Compreendemos a política educacional como uma parte das políticas sociais e o seu processo de implementação corresponde a um processo mais amplo de produção mediado por aspectos econômicos e políticos que acabam sendo adotados como mecanismos de controle e resposta estatal às necessidades humanas de sobrevivência e desenvolvimento social.

Este artigo está organizado de modo a tratar os aspectos econômicos do processo de produção capitalista e os aspectos sociais e o processo de controle estatal da produção das políticas sociais e conseqüentemente a compreensão de que as políticas sociais são constituintes deste processo.

2. Aspectos econômicos do processo de produção capitalista

As condições estruturais e conjunturais do processo econômico estabelecido pelas relações de propriedade capitalista é que determinam a base em que se assentam as relações de trabalho capitalista e as determinações socioeconômicas, políticas e ideológicas das políticas sociais e conseqüentemente, das políticas educacionais.

A inter-relação e mediações entre essas determinações constitui o processo social de produção. Esse processo de produção gera um quadro socioeconômico em que as relações de trabalho e todas as suas componentes se inserem e estão entrelaçadas, ou seja, a qualificação e a profissionalização da força de trabalho é uma componente do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas, em que o trabalho é o processo gerador determinante e fundamental do desenvolvimento técnico, tecnológico e científico-cultural. Desse modo, o desenvolvimento de instituições sociais e educacionais voltadas prioritariamente para a formação e a educação estão ligadas de forma dialética e mediadora ao processo de produção social que lhe exige requisitos que estejam vinculados às exigências demandadas pelas relações de produção e de trabalho capitalista.

Estas relações, portanto, estabelecem aspectos econômicos determinantes do processo de relações constituintes da força de trabalho na sociedade capitalista em que o trabalho aparece e é subordinado aos ditames do capital. Nesse processo, o trabalhador

torna-se, para o capitalista, apenas mais uma *mercadoria*.

[...] o salário é a quantia em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela execução de determinada tarefa.

Dir-se-ia portanto que o capitalista *compra* aos operários o seu trabalho com dinheiro. Esses *vendem* o seu trabalho por dinheiro. Mas só na aparência é que isso se passa. Na realidade, o que os operários vendem por dinheiro ao capitalista é a sua *força de trabalho*. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E uma vez comprada, utiliza-a fazendo trabalhar o operário durante o tempo estipulado. Com essa mesma quantia de dinheiro com que o capitalista comprou a força de trabalho do operário, os dois marcos, por exemplo, ele poderia ter comprado duas libras de açúcar ou uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria. Os dois marcos com que ele compraria as duas libras de açúcar são o preço dessas duas libras de açúcar. Os dois marcos com que comprou doze horas de utilização da força de trabalho são o preço dessas doze horas de trabalho. A força de trabalho é portanto uma mercadoria, tal e qual como o açúcar. A primeira avalia-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX, 1985, p. 16-17).

É nesse processo amplo de reprodução socioeconômico que o trabalhador é visto como *mercadoria* pelos proprietários dos meios de produção e só pode estabelecer uma relação profundamente desigual e contraditória com eles. Desse modo, o trabalho só pode aparecer como constituinte do aspecto econômico em que o trabalhador torna-se a força de trabalho e produz, contraditoriamente, desumanização do próprio homem como ser social, opondo-se às suas necessidades humanas, que extrapolam as condições elementares de sobrevivência (MÉSZÁROS, 2006).

Compreendemos as políticas educacionais como constituintes das políticas sociais produzidas em determinada realidade e, deste modo, devem ser analisadas em seus aspectos gerais do processo de produção e de trabalho que são constituintes fundamentais para a compreensão dos aspectos educacionais.

Para compreendermos o processo social de produção em determinada sociedade é necessário distinguir elementos constitutivos desse processo social de produção e o próprio processo de trabalho. Desse modo, é preciso entender que,

As relações sociais em que os indivíduos produzem, *as relações sociais de produção mudam, transformam-se, quando se modificam e se desenvolvem os meios materiais de produção, as forças produtivas. No seu conjunto, as relações de produção formam aquilo a que se chama as relações sociais, a sociedade, e em especial uma sociedade com determinado grau de desenvolvimento histórico*, uma sociedade de caráter distintivo e peculiar. A sociedade *antiga*, a sociedade *feudal*, a sociedade *burguesa*, são exemplos de conjuntos de relações de produção, em que cada um deles caracteriza ao mesmo tempo uma etapa específica de desenvolvimento na história da humanidade.

O *capital* é também uma relação social de produção. É uma *relação burguesa de produção*, uma relação de produção da sociedade burguesa. Os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas que constituem o capital não foram produzidos e acumulados em dadas condições sociais, em determinadas relações sociais? Não são eles utilizados na futura produção, em determinadas condições sociais, em determinadas relações sociais? E não é precisamente esse caráter social determinado que transforma em *capital* os produtos destinados à futura produção?

O capital não se compõe apenas de meios de subsistência, de instrumentos de trabalho e de matérias-primas, não se compõe apenas de produtos materiais; compõe-se ainda de *valores de troca*. Todos os produtos que o constituem são *mercadorias*. Deste modo, o capital não é apenas um conjunto de produtos materiais, mas um conjunto de mercadorias, de valores de troca, de *grandezas sociais* (MARX, 1985, p. 28, grifos do autor).

Outra definição e caracterização fundamental sobre o processo social de produção refere-se à compreensão do trabalho em sua dimensão ontológica e a socialmente definida pela formação social determinante em uma sociedade particular, no caso aqui a sociedade capitalista.

A definição do processo de trabalho em sua dimensão ontológica é assim caracterizada:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. [...] (MARX, 1983, p. 153).

Marx define o processo de trabalho caracterizando-o da seguinte maneira:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada. [...] (MARX, 1983, p. 149).

Outra característica fundamental do processo social de produção e de trabalho é definido por Marx da seguinte maneira:

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. [...] (MARX, 1983, p. 48).

Esses elementos todos servem de base conceitual para uma análise da política pública de educação profissional, como parte que é da política educacional nacional e estadual. Desse modo, a política educacional para a educação profissional dirigida pela instituição jurídico-administrativa estatal é uma componente do processo social de produção e, como tal, constitui-se parte das condições sociais de produção. Assim compreendido, as condições educacionais e de profissionalização da força de trabalho paranaense são condições constitutivas de um processo maior de produção social em que se insere a sociedade paranaense e brasileira no contexto mundial.

3. Aspectos sociais e o processo de controle estatal da produção das políticas sociais

Os requisitos educacionais e as políticas educacionais públicas para a educação profissional são partes constitutivas das próprias necessidades e particularidades socioeconômicas humanas e das condições e características constituintes da força de trabalho na sociedade regida pela força e acumulação do capital. Como são determinadas socialmente pelo processo social de produção e as mudanças ocorridas na força produtiva do trabalho, seus ingredientes sociais e educacionais sofrem as circunstâncias diversas desse processo. Desse modo, portanto, a política educacional deve ser examinada considerando-se esses elementos socioeconômicos, do qual faz parte, em particular, a política pública de educação profissional como uma componente que é do processo social de produção.

Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas das mediações/relações da esfera de poder estatal federal, estadual e municipal (cf. BRESSER-PEREIRA, 1996; DEITOS, 2008; BRASIL, MF, MP, 2007; FALEIROS, 1991; RIBEIRO, 2010; VIEIRA, 2007; XAVIER e DEITOS, 2006) que, no processo de implementação da política pública para a educação definem a concepção, proposições, metas e ações?

Sustentado nesse questionamento investigativo, cabe retomarmos e compreendermos as interpretações sobre o Estado e sua dimensão diretiva e imprescindível para o processo de reprodução social e econômica no âmbito das esferas de planejamento e gestão institucional federal e estadual (FALEIROS, 1980; VIEIRA, 2007, IPEA, 2010, 2011).

As circunstâncias e condições econômicas, políticas e sociais processadas pela sociedade capitalista e a sua entidade de maior importância organizativa, o Estado, permitem considerarmos que:

O Estado aqui entendido não pode ser compreendido fora do contexto econômico-social e ideológico como processo de sua própria constituição contraditória e permanente. Sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar.

A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. As políticas sociais e educacionais não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social (DEITOS, 2010, p. 209-210).

Não compreendemos a análise da política educacional, e em particular da política pública para a educação profissional desvinculada do conjunto de relações socioeconômicas, políticas, ideológicas e educacionais de maneira ampla em estreita e direta relação com a estrutura estatal. Desse modo, portanto, nossa análise percorre alguns aspectos que consideramos fundamentais para a análise da política pública de educação profissional, ao considerá-la parte constitutiva da política social dirigida pelo Estado. Do mesmo modo, consideramos que a política pública da educação profissional deve ser examinada no contexto amplo de sua implementação, ao mesmo tempo em que deve ser examinada em suas particularidades como política social de uma determinada área e em determinada modalidade de profissionalização educativa e formativa, em nível educacional médio e técnico como parte constitutiva das condições e requisitos educacionais da força de trabalho.

Consideramos necessário para a análise da política educacional a questão do Estado e seus entrelaçamentos com a questão do trabalho e da política social em suas dimensões socioeconômicas, políticas e teórico-ideológicas. De maneira ampla a questão da política social que abarca a política educacional deve ser analisada em seus entrelaçamentos com as questões socioeconômicas e políticas. Os aspectos políticos, numa sociedade de classes, estão intimamente ligados ao complexo e tenso processo social de construção societário. Nesse sentido, as instituições sociais e jurídico-institucionais, que dentre tantas, destacamos os partidos políticos, as escolas, as universidades, as igrejas, os sindicatos, as agremiações sociais e culturais, os meios de comunicações, as redes sociais na internet e, em particular, o Estado e suas estruturas funcionais e institucionais, tais como os poderes executivo, legislativo, judiciário e os respectivos aparatos político, legal-jurídico, regulatório, militar, fiscal, financeiro e monetário-coercitivo, constituem parte da representação da política de modo amplo. Desse modo, a compreensão de política e suas possibilidades históricas aqui concebidas estão ancoradas na perspectiva apontada por Mészáros de que, ao

tratar da alienação,

[...] a questão de uma transcendência positiva só pode ser colocada em termos *políticos* na medida em que a sociedade considerada como uma superação real da sociedade criticada ainda está para nascer. É uma característica da política (e, naturalmente, da estética, da ética, etc.) *antecipar* (e com isso estimular) a evolução social e econômica futura. A política poderia ser definida como a *mediação* (e, com suas instituições, como um meio dessa mediação) entre o estado *presente* e o estado *futuro* da sociedade. Suas categoriais, conseqüentemente, apresentam um caráter adequado a essa função mediadora, e as referências ao futuro são portanto um parte integral de suas categoriais. A política conservadora apresenta, tanto quanto a política radical, as características dessa função mediadora. Só que as suas categoriais são menos explícitas e a ênfase positiva recai, é evidente, sobre a definição de sua relação com o presente. O tipo conservador de mediação política procura maximizar o elemento de continuidade em suas tentativas de ligar o presente com o futuro, ao passo que a política radical dá ênfase à descontinuidade, evidentemente (MÉSZÁROS, 2006, p. 119, grifos do autor).

A política educacional constituinte que é da política social que por sua vez é parte integrante da política como ação social *mediadora* de poder numa determinada formação social, em particular na sociedade capitalista, exhibe sua dimensão de poder e os interesses das classes sociais em disputa.

Assim compreendido,

A política educacional, portanto, é entendida aqui como constituinte da política social. As políticas públicas diretamente definidas e dirigidas pelo Estado são compreendidas como o resultado de mediações teórico-ideológicas e socioeconômicas e estão diretamente imbricadas no processo de produção social da riqueza e, conseqüentemente, de sua repartição e distribuição. A política educacional, particularmente a empreendida no Brasil a partir da década de 1990, é a articulação e a consumação de forças econômicas e políticas hegemônicas que sustentam proposições que revelam forte tendência predominante de cunho liberal ou social-liberal e definem significativamente os rumos das políticas públicas e da educação nacional (DEITOS, 2010, p. 209).

É por isso que, como afirma Mézáros, a educação como processo social extrapola, mas também ocorre efetivamente em âmbito da educação formal determinadamente ancorada pela implementação de políticas educacionais.

Nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação. Apontar apenas os mecanismos de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista seria bastante inadequado. As sociedades existem por intermédio dos atos dos indivíduos particulares que buscam realizar seus próprios fins. Em conseqüência, a questão crucial, para qualquer sociedade estabelecida, é a reprodução bem-sucedida de tais indivíduos, cujos “fins próprios” não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Essa é a verdadeira dimensão do problema educacional: “educação formal” não é mais do que um pequeno segmento dele.

[...]. Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores* no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociedade de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção de mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264, grifos do autor).

A compreensão da política educacional nacional, estadual e regional passa necessariamente pela compreensão de um conjunto de aspectos socioeconômicos, legais e institucionais que estabelecem um processo de mediações de primeira e segunda ordem. As bases socioeconômicas tornam-se os pilares de reprodução social. Reprodução social ancorada numa dinâmica de mediações desiguais e contraditórias. É nessas bases socioeconômicas que o trabalho, na forma de força de trabalho subordinada pelo capital, produz riqueza. A riqueza socialmente produzida em termos de distribuição e repartição acaba sendo transformada na forma dinheiro como representação parcial e desigual desta própria riqueza social. E uma representação parcial, mas bastante significativa, dessa riqueza transformada em dinheiro é o parâmetro econômico estabelecido pela contabilidade gerada pelo PIB – Produto Interno Bruto. O PIB, neste caso, uma representação parcial, mas significativa da riqueza socialmente produzida no Brasil, pode ser caracterizado nos seguintes termos considerando-se os dados dos últimos vinte anos, representada na gráfico 1 (DEITOS, 2010, p. 212) a seguir:

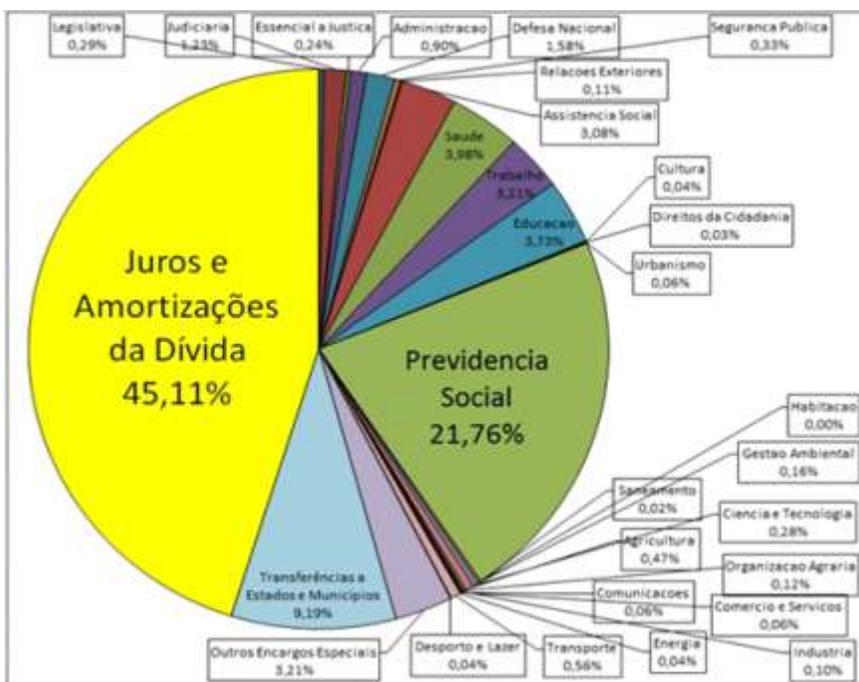


Gráfico 2 – Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhão

Fonte: <http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=92718>. Notas: 1) inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. 2) os gastos com juros e amortizações da dívida se referem aos GNDs 2 e 6, e foram desmembrados da Função “Encargos Especiais”; 3) as transferências a estados e municípios se referem ao –programa 0903 “Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”, e também foram desmembradas da Função “Encargos Especiais”. 4) os demais gastos da função “Encargos Especiais” foram referidos no gráfico como sendo “Outros Encargos Especiais”, e representam principalmente despesas com o ressarcimento

ao INSS de desonerações tributárias, subsídios à tarifa de energia elétrica, pagamento de precatórios, dentre outras. 5) O gráfico não inclui os “restos a pagar” de 2014, executados em 2015.

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>. Disponível em: [Auditoria%20Cidad%C3%A3%20da%20D%C3%ADvida%2014.htm](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/Auditoria%20Cidad%C3%A3%20da%20D%C3%ADvida%2014.htm)

Outra parte da riqueza socialmente produzida e retida diretamente pelo Estado é distribuída na forma de investimentos diretos ou indiretos em setores como agricultura familiar, grandes linhas de crédito subsidiadas para setores do agronegócio, indústria, comércio, setor de serviços, em especial os financeiros e os investimentos em obras de infraestrutura em áreas como transportes, esportes, aeroportos, portos, energia e fontes de matérias-primas de várias ordens, tais como: petróleo, gás natural, ferro, alumínio, cimento, energia etc.

Ainda há outra parte da riqueza socialmente produzida que é retida pelo Estado e é distribuída direta ou indiretamente no campo das políticas sociais propriamente dita, particularmente as políticas de educação, saúde, previdência e assistencial social, segurança pública, saneamento e habitação, dentre outros. Isso não significa que a parte da riqueza retida pelo Estado e distribuída mais diretamente para as políticas sociais não seja ela, em certa medida, canalizada para setores econômicos na forma de serviços prestados ou contratados e também na aquisição de recursos de produtos tecnológicos de toda ordem que são adquiridos pelo Estado para equipar e permitir parte das condições estruturais e funcionais para o processo de implementação das políticas sociais.

3. Considerações finais

O que podemos observar é que as políticas sociais e, mais especificamente, os gastos sociais com a implementação das políticas sociais acabam tomando uma parte relativamente pequena no resultado total da riqueza socialmente produzida e retida na esfera estatal pela via da arrecadação e do orçamento global do Estado Brasileiro, constituído pelo conjunto das esferas jurídico-administrativas federal, estaduais e municipais. Os dados apresentados em estudos do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada demonstram a situação dos gastos, como podemos observar.

As políticas sociais brasileiras formam, hoje, um sistema robusto de estruturas mais ou menos consolidadas, e que materializam uma história de lutas da sociedade brasileira. Esta estrutura aglutina atores sociais, esforços regulatórios, legislativos e jurídicos substanciais, instituições de diversas épocas e tradições. Enfim, é um feito monumental que, na comparação internacional, é apenas equivalente a países de maior renda que o Brasil, denunciando o quanto avançamos.

Não obstante tais políticas mereçam constantes reformulações, mudanças e melhorias, é imperioso reconhecer que até o momento, não existem justificativas aparentes para que o gasto social seja discutido apenas como um fardo para as contas públicas. Pelo contrário, os resultados obtidos neste exercício sugerem que as políticas sociais são absolutamente centrais para que possamos alcançar os objetivos de crescimento econômico e a diminuição das desigualdades.

Mostrou-se, assim, que o gasto social também tem benefícios econômicos. Além de poder ser estrategicamente acionado em momentos de crise econômica, o gasto público social tem um papel fundamental na conciliação dos objetivos de crescimento econômico e distribuição de renda. Nesse sentido, não há dúvidas de que o crescimento do gasto social nos últimos anos foi parte integrante e imprescindível da

melhoria das condições de vida da população brasileira. (BRASIL, IPEA, 2011, p. 16).

Compreendemos, portanto, que os aspectos educacionais estão entrelaçados numa dinâmica de inter-relações com os aspectos socioeconômicos, políticos e ideológicos e estabelecem relações e mediações significativas no campo político e ideológico da formulação, implantação e distribuição de políticas sociais nas sociedades nacionais vigentes.

Desse modo, os aspectos socioeconômicos são fundamentais para a compreensão do contexto em que se insere a política educacional em todos os níveis das esferas jurídico-administrativa nacional, estadual e municipal.

As lutas socioeconômicas e particularmente no campo educacional estão cada vez mais sofrendo as consequências de um processo de ajuste estrutural entrelaçado no maior direcionamento de políticas neoliberais e cada vez mais privatizantes de direitos sociais elementares. O fracasso social recai sempre na esfera das políticas sociais como geradoras de despesas para os setores estatais e privados. O eixo de coordenação é levado para um processo de acumulação de riquezas na esfera nacional articulado ao processo de globalização do capital. Assim políticas e direitos educacionais são tratados como condições segmentadas, focalizadas e flexibilizadas; ou seja, os setores da classe hegemônica entendem que a política possível é frear a expansão mínima de políticas sociais universalizadoras (mesmo que jamais plenamente efetivas), impondo o ajuste fiscal para os trabalhadores e salvando sempre os grupos econômicos hegemônicos e a acumulação de capital (ANPEd, 2011; Banco Mundial, 2010a, 2010b, 2009, 1997; CONAE, 2010; BRASIL, 1988, 1996). Assim, a mão poderosa do estado capitalista fica mais pesada e perversa para os setores sociais e os trabalhadores que irão sistematicamente pagar a conta do ajuste estrutural e setorial como historicamente sempre pagaram. Reagir, resistir e reorganizar as forças sociais dos trabalhadores é o caminho e a luta possível e necessária.

Notas

⁴ Capítulo de livro constitui parte dos estudos realizados em Pesquisa do GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional e Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE, em pesquisa que trata da Política Educacional Brasileira e também constitui parte de trabalho de pós-doutoramento realizado na UEM – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, com apoio da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA com o tema Políticas de Educação Profissional no Paraná.

⁵ De fato. (N. dos T.). (Nota no original). (MARX, 1983, p. 48).

⁶ Em potencial. (N. dos T.). (Nota no original). (MARX, 1983, p. 48).

REFERÊNCIAS

ANPEd – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado**. Presidente: Dalila Andrade Oliveira (UFMG). Comissão de Sistematização do Documento: Luiz Fernandes Dourado – Coordenador, Antônio Cabral Neto, Carlos Roberto Jamil Cury, João Ferreira de Oliveira, José Marcelino Rezende Pinto, Lívia Maria Fraga Vieira, Maria Margarida Machado, Nilma Lino Gomes. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos**. Sumário executivo. Washington, D.C.: BANCO MUNDIAL, 2010b.

BANCO MUNDIAL. **Informe anual 2010**. Reseña del ejercicio. Washington, D.C.: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial, 2010a.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C.: BM, 1997.

- BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual do Banco Mundial 2009**. (Ano em perspectiva). Washington, D.C.: BM, 2009.
- BRASIL, Presidência da República, Ministério da Educação. **CONAE 2010 – Conferência Nacional de Educação**. Brasília, DF: CONAE, abril de 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Assembléia Nacional Constituinte, promulgada em 5 de outubro de 1988. Publicada no *Diário Oficial da União*, n. 191-A, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 2007, 2008, 2009 e 2010.
- BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados do IPEA, (Marcio Pochmann). **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de rendas**. Brasília: IPEA, 3 de fevereiro de 2011. (n. 75).
- BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República
- Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (publicada no Diário Oficial da União**, de 23/12/1996).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DEITOS, R. A. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. In: ZANARDINI, I. M. S.; ORSO, P. J. (Orgs.). **Estado, educação e sociedade capitalista**. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 25-38.
- DEITOS, R. A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. In: **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, PR: UEM, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Qualificação e Mercado de Trabalho**: Apontamentos para política pública em regiões metropolitanas. Pesquisa DIEESE. São Paulo, nº 18, Dezembro, 2011a.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: juventude. 3. ed., Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011b. 100 p. (Juventude, 6).
- FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado (Gráfico 2 – Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhão)**. Brasília, DF: Auditoria Cidadã da Dívida. **Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida**: <http://www.dividadauditoriacidadada.org.br>. Disponível em: Auditoria%20Cidad%C3%A3%20da%20D%C3%ADvida%2014.htm
- FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria cidadã da dívida pública**: experiências e métodos. Brasília: Inove Ltda, 2013.
- FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.
- FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Volume I, Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo I, (Prefácios e Capítulos I a XII). Apresentação Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 3ª. edição. São Paulo: Global Editora, 1985.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006 (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – *rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

RIBEIRO, M. B. **Uma análise da carga tributária bruta e das transferências de assistência e previdência no Brasil, no período 1995-2009**: evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda. Brasília: IPEA, 2010. (Texto para discussão).

VIEIRA Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007.

XAVIER, M. E. S. P., DEITOS, R. A. Estado e Política Educacional no Brasil. In.: DEITOS, R.A.; RODRIGUES, R.M. (Orgs.). **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. Cascavel: Edunioste, 2006.

Recebido em: 15/10/2016

Aprovado em: 20/01/2017